



POLÍCIA FEDERAL

ANEXO I - TERMO DE REFERÊNCIA – LEI 14.133/21
COMPRAS – CONTRATAÇÃO DIRETA

PROCESSO ADMINISTRATIVO N. 08402.000078/2023-16

Processo nº 08402.000078/2023-16

1. DAS CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO (ART. 6º, XXIII, “A” E “I” DA LEI N. 14.133/2021).

1.1. **Aquisição de Tablets para Aeronaves Remotamente Pilotadas (RPA's)**, a fim de atender às demandas da Superintendência da Polícia Federal em Pernambuco, nos termos da tabela abaixo, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento.

ITEM	DESCRIÇÃO DO PRODUTO	CATMAT	UNIDADE DE MEDIDA	QTD	VALOR UNIT.	VALOR TOTAL	CLASSIFICAÇÃO DO BEM	VALOR DO GRUPO MATERIAL

1	<p>Tablets IOS para pilotagem de RPAs</p> <ul style="list-style-type: none"> • Tela Liquid Retina • Tela Multi-Touch de 8,3 polegadas (na diagonal) retroiluminada por LED, com tecnologia IPS • Resolução de 2266 x 1488 pixels a 326 ppp • Ampla tonalidade de cores (P3) • True Tone • Revestimento resistente a impressões digitais e oleosidade • Tela totalmente laminada • Revestimento antirreflexo • 1,8% de refletividade • 500 nits de brilho • Chip A15 Bionic • CPU de 6 núcleos (2 de desempenho e 4 de eficiência) • GPU de 5 núcleos • Neural Engine de 16 núcleos • 5G NR (Bandas n1, n2, n3, n5, n7, n8, n12, n20, n25, n28, n29, n30, n38, n40, n41, n48, n66, n71, n77, n78, n79)4 • FDD-LTE (Bandas 1, 2, 3, 4, 5, 7, 8, 11, 12, 13, 14, 17, 18, 19, 20, 21, 25, 26, 28, 29, 30, 32, 66, 71) • TD-LTE (Bandas 34, 38, 39, 40, 41, 42, 46, 48) • UMTS/HSPA/HSPA+/DC-HSDPA (850, 900, 1700/2100, 1900, 2100 MHz) • Somente dados5 • Chamadas Wi-Fi4 • eSIM6 • GPS/GNSS • Rede celular • hip A15 Bionic • CPU de 6 núcleos (2 de desempenho e 4 de eficiência) • GPU de 5 núcleos • Neural Engine de 16 núcleos <p>Garantia mínima: 6 meses Modelo de Referência: iPad mini (6 geração) Wi-Fi + Celular - Modelo A2568 ou similar ou de melhor qualidade</p>	478583	UN	4	R\$ 6.510,72	R\$ 26.042,88	Material comum - embora esteja na lista de Materiais e Equipamentos de TIC (Anexo II, IN SGD/ME 94/2022), o equipamento será utilizado como acessório na condução de RPA'S, não fazendo parte de uma Solução de TIC propriamente dita.	R\$ 26.042,88
---	---	--------	----	---	--------------	---------------	--	---------------

1.2. O objeto desta contratação não se enquadra como sendo de bem de luxo, conforme Decreto nº 10.818, de 2021.

1.3. O prazo de vigência da contratação é de **1 (um) ano contados do recebimento da Nota de Empenho pela empresa CONTRATADA**, na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133/2021. Logo da entrega completa do material, findar-se-á o prazo de contratação, já que se trata de fornecimento de bem de natureza não contínua, mantendo-se a responsabilidade da CONTRATADA/FABRICANTE pela garantia do produto.

1.4. O custo estimado total da contratação é de **R\$ 26.042,88**, conforme custo unitário apostos na tabela acima.

1.5. **A empresa participante deverá apresentar a proposta conforme o modelo proposto em anexo, registrando no Sistema o PREÇO UNITÁRIO DO ITEM.**

1.6. **Caso a empresa fornecedora do material não seja a própria fabricante, deverá apresentar a Carta de Autorização ou documento equivalente, na etapa de CONTRATAÇÃO, que comprove a autorização de comercialização do produto no Brasil.**

2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO (ART. 6º, INCISO XXIII, ALÍNEA 'B' DA LEI N. 14.133/2021).

2.1. A Polícia Federal realiza rotineiramente operações de erradicação de cultivos ilícitos em diferentes regiões do país, incluindo Pernambuco e a Região do Polígono da Maconha. Para o sucesso dessas missões, é necessária uma logística complexa com o uso de diversos recursos, como helicópteros, embarcações, drones (RPA), viaturas, materiais táticos e equipamentos de proteção individual. O uso de drones tem sido eficiente, aumentando a eficácia e a segurança das equipes policiais, além de economizar recursos ao reduzir as horas de voo de aeronaves para localização de plantações de maconha ilícitas. Em operações de combate a roubos a instituições financeiras, os drones também são cruciais para o levantamento de alvos, a dissimulação de policiais e o reforço à segurança das equipes durante as atividades investigativas. As peculiaridades das operações de erradicação de ilícitos resultam em maior desgaste dos equipamentos, tornando necessária uma renovação frequente da frota de drones. O ambiente hostil e as características específicas das ações contribuem para esse desgaste. A capacitação do efetivo policial para o manuseio dos equipamentos é uma prática constante, com cursos e treinamentos realizados anualmente para habilitar mais policiais no uso dos drones. Além dos drones, a aquisição conjunta de outros equipamentos é essencial para viabilizar as tarefas operacionais, como baterias de reposição, tablets IOS e Android, aparelhos inversores de tensão, câmeras termais, câmeras com zoom e aparelhos de telefones celulares.

2.1.1. **Dos tablets:**

2.1.1.1. A aquisição de tablets para utilização dos drones (RPA's) é essencial para garantir o pleno funcionamento e a segurança das operações aéreas. Os tablets são fundamentais em dois aspectos principais:

a) Captura de imagens: Os tablets desempenham um papel vital na operação das RPA's, permitindo que os pilotos visualizem em tempo real as imagens captadas pela câmera durante o voo. Essa funcionalidade é crucial para garantir a correta coleta de evidências, seja para fins de investigação criminal ou levantamentos aéreos. Sem o tablet, a qualidade das imagens fica comprometida, tornando a operação pouco produtiva e arriscada.

b) Telemetria do voo: Os tablets também exibem informações essenciais para conduzir o voo de forma segura, como a altura, velocidade e o nível de bateria da aeronave. Conhecer o nível de bateria é especialmente importante, pois permite ao piloto gerenciar o tempo de voo, evitando quedas abruptas da RPA devido à falta de carga. A falta de um tablet moderno pode causar lentidão e falhas operacionais, o que representa um risco para a segurança do voo e a eficiência das operações.

2.1.1.2. O uso de tablets mais antigos demonstrou-se inadequado para operar os drones recentemente adquiridos, visto que não atendem aos requisitos de hardware necessários para a operação adequada das aeronaves modernas. A ausência de tablets adequados pode levar a aeronaves paradas, resultando em prejuízos financeiros ao erário e a necessidade de recorrer a helicópteros para realizar tarefas que antes eram executadas pelas RPA's, acarretando altos custos adicionais. Desta forma, a aquisição imediata de ao menos 8 (oito) tablets adequados é fundamental para garantir o funcionamento eficiente e seguro das RPA's e evitar prejuízos financeiros ao órgão. A urgência na aquisição é necessária para assegurar que as operações em curso da Polícia Federal continuem sendo executadas de forma eficaz e com os recursos mais modernos disponíveis.

3. **DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO (ART. 6º, INCISO XXIII, ALÍNEA 'C')**

3.1. A descrição da solução como um todo, encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

4. **REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO (ART. 6º, XXIII, ALÍNEA 'D' DA LEI Nº 14.133/21)**

4.1. A contratação deverá observar os seguintes requisitos:

4.1.1. **Sustentabilidade:**

4.1.1.1. Os equipamentos deverão atender aos requisitos técnicos que propiciam maior eficiência energética, maior vida útil e menor custo de manutenção.

4.1.1.2. **Só será admitida a oferta de TABLETs que cumpram os critérios de segurança, compatibilidade eletromagnética e eficiência energética, previstos na Portaria nº 170, de 2012 do INMETRO ou outra certificação equivalente, já que a certificação do INMETRO é voluntária.**

4.1.1.3. Só será admitida a oferta de bens que não contenham substâncias perigosas em concentração acima da recomendada na diretiva RoHS (Restriction of Certain Hazardous Substances), tais como mercúrio (Hg), chumbo (Pb), cromo hexavalente (Cr (VI)), cádmio (Cd), bifenil polibromados (PBBs), éteres difenil-polibromados (PBDEs);”

4.1.2. **Indicação de marcas ou modelos:**

4.2. A definição específica de marca e modelo para a aquisição dos materiais (tablets) é justificada com base na compatibilidade e na experiência prévia com esses equipamentos no acervo da Polícia Federal. As razões para a escolha de marca/modelo para cada item são as seguintes:

1. Tablets para pilotagem de RPAs (iOS 8') - 6 unidades: Os tablets do modelo IOS 8' são escolhidos com base em sua compatibilidade e experiência prévia no uso desses dispositivos para pilotagem das RPA's. Essa escolha é respaldada pelo desempenho, confiabilidade e facilidade de operação que esses tablets proporcionam durante as operações.
2. Tablets 8" para pilotagem de RPAs (Android - Alto Brilho) - 2 unidades: Os tablets Android de 8" com alto brilho são selecionados para atender a demandas específicas das operações com drones, que exigem uma tela com boa visibilidade em condições de luz intensa ou sob exposição direta ao sol. Esses tablets já foram utilizados anteriormente e comprovaram ser adequados às necessidades do órgão.

4.4. Em resumo, a definição de marca e modelo para a contratação dos materiais é justificada por razões técnicas e

operacionais, levando em conta a compatibilidade com as aeronaves já existentes na frota da Polícia Federal, a necessidade de atender a novas aeronaves adquiridas e a comprovação de eficiência e confiabilidade a partir da experiência prévia com os dispositivos. Essa escolha visa garantir a continuidade das operações com segurança e eficiência, otimizando os recursos disponíveis e promovendo o melhor desempenho das equipes.

4.5.1. Da não exigência de amostra:

4.5.1.1. Não serão exigidas amostras. **A verificação da compatibilidade das propostas será aferida pela análise de catálogos e outros documentos equivalentes, bem como informações colhidas no site oficial do fabricante.**

4.5.2. Da vedação de contratação de marca/produto:

4.5.2.1. **Conforme a justificativa apresentada no Item 4.1.2, só serão aceitos os produtos das marcas mencionadas, em virtude da compatibilidade técnica com o acervo atual da Polícia Federal, adquirido em contratações anteriores.**

4.5.3. **Não será admitida a subcontratação do objeto contratual, salvo para fins de assistência técnica e garantia.**

4.5.4. **Não haverá exigência da garantia da contratação dos arts. 96 e seguintes da Lei nº 14.133/21, pelas razões abaixo justificadas:**

4.5.4.1. Trata-se de fornecimento de material comum e de pequena monta, sem a necessidade de formalização de contrato ou exigências demasiadas.

5. MODELO DE EXECUÇÃO CONTRATUAL (ARTS. 6º, XXIII, ALÍNEA “E” DA LEI N. 14.133/2021).

5.1. **5.1. O prazo de entrega dos bens é de 30 (trinta) dias, contados do recebimento da Nota de Empenho, em remessa única.**

5.2. Caso não seja possível a entrega na data assinalada, a empresa deverá comunicar as razões respectivas com pelo menos 15 (quinze) dias de antecedência para que qualquer pleito de prorrogação de prazo seja analisado, ressalvadas situações de caso fortuito e força maior.

5.3. Os bens deverão ser entregues no seguinte endereço: **Av. Cais do Apolo, s/n, Anexo III do Tribunal Regional Federal - Próximo a praça Tiradentes. Fone: (81) 2137-3923/ 2137-4023. E-mail: protocolo.selog.srpe@pf.gov.br. Horário de atendimento: 8h às 16h.**

5.4. Os bens serão recebidos provisoriamente, de forma sumária, no prazo de 5 (cinco) dias, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta.

5.5. Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 10 (dez) dias, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

5.6. Os bens serão recebidos definitivamente no prazo de 15 (quinze) dias, contados do recebimento provisório, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo detalhado.

5.6.1. Na hipótese de a verificação a que se refere o subitem anterior não ser procedida dentro do prazo fixado, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento definitivo no dia do esgotamento do prazo.

5.7. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

6. ESPECIFICAÇÃO DA GARANTIA CONTRATUAL EXIGIDA E DAS CONDIÇÕES DE MANUTENÇÃO E ASSISTÊNCIA TÉCNICA (ART. 40, §1º, INCISO III, DA LEI Nº 14.133/2021)

6.1. O prazo de garantia contratual dos bens, complementar à garantia legal, será de, no mínimo, **6 (seis) meses**, contado a partir do primeiro dia útil subsequente à data do recebimento definitivo do objeto.

6.2. Caso o prazo da garantia oferecida pelo fabricante seja inferior ao estabelecido nesta cláusula, o fornecedor deverá complementar a garantia do bem ofertado pelo período restante.

7. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO (ART. 6º, XXIII, ALÍNEA “F” DA LEI Nº 14.133/21)

7.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial (Lei nº 14.133/2021, art. 115, *caput*).

7.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila (Lei nº 14.133/2021, art. 115, §5º).

7.3. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos (Lei nº 14.133/2021, art. 117, *caput*).

7.3.1. O fiscal do contrato anotarà em registro próprio todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, determinando o que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados (Lei nº 14.133/2021, art. 117, §1º).

7.3.2. O fiscal do contrato informará a seus superiores, em tempo hábil para a adoção das medidas convenientes, a situação que demandar decisão ou providência que ultrapasse sua competência (Lei nº 14.133/2021, art. 117, §2º).

7.4. O contratado será obrigado a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, a suas expensas, no total ou em parte, o objeto do contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes de sua execução ou de materiais nela empregados (Lei nº

14.133/2021, art. 119).

7.5. O contratado será responsável pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros em razão da execução do contrato, e não excluirá nem reduzirá essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pelo contratante (Lei nº 14.133/2021, art. 120).

7.6. Somente o contratado será responsável pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução do contrato (Lei nº 14.133/2021, art. 121, *caput*).

7.6.1 A inadimplência do contratado em relação aos encargos trabalhistas, fiscais e comerciais não transferirá à Administração a responsabilidade pelo seu pagamento e não poderá onerar o objeto do contrato (Lei nº 14.133/2021, art. 121, §1º).

7.7. As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se, excepcionalmente, o uso de mensagem eletrônica para esse fim (IN 5/2017, art. 44, §2º).

7.8. O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato (IN 5/2017, art. 44, §1º).

7.9. Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade convocará o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros (IN 5/2017, art. 44, §1º).

7.10. Antes do pagamento da nota fiscal ou da fatura, deverá ser consultada a situação da empresa junto ao SICAF.

7.11. Serão exigidos a Certidão Negativa de Débito (CND) relativa a Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União, o Certificado de Regularidade do FGTS (CRF) e a Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT), caso esses documentos não estejam regularizados no SICAF.

8. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR MEDIANTE O USO DO SISTEMA DE DISPENSA ELETRÔNICA (ART. 6º, INCISO XXIII, ALÍNEA 'H', DA LEI N. 14.133/2021)

8.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de dispensa de licitação, na forma eletrônica, com fundamento na hipótese do art. 75, inciso II da Lei nº 14.133/2021, que culminará com a seleção da proposta de menor preço.

8.2. As exigências de habilitação estão disciplinadas no Anexo I do Aviso de Contratação Direta.

8.3. Os critérios de habilitação técnica a serem atendidos pelo fornecedor serão:

8.3.1. Comprovação de aptidão para a prestação dos serviços similares de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior com o objeto desta contratação, ou com o item pertinente, por meio da apresentação de certidões ou atestados, por pessoas jurídicas de direito público ou privado, ou regularmente emitido(s) pelo conselho profissional competente, quando for o caso.

8.3.1.1. Para fins da comprovação de que trata este subitem, os atestados deverão dizer respeito a contratos executados com as seguintes características mínimas:

I. Apresentação de atestado (s) que comprovem pelos menos 50% (cinquenta por cento) do quantitativo previsto para a contratação, permitido o somatório de atestados; e

II. Caso não seja o fabricante, autorização expressa desse para a comercialização do produto no país.

8.3.1.2. Será admitida, para fins de comprovação de quantitativo mínimo, a apresentação e o somatório de diferentes atestados executados de forma concomitante.

8.3.2. Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial do fornecedor.

8.3.3. O fornecedor disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da contratante e local em que foi executado o objeto contratado, dentre outros documentos.

9. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

9.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral da União.

9.1.1. A contratação será atendida pela dotação anexa aos autos.

9.2. A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

Recife-PE, na data da assinatura eletrônica.

APF RODRIGO ALESSANDRO DE FRANÇA SOARES ALVES

Integrante Técnico

DESPACHO

Considerando que o objetivo da aquisição é prover o órgão com os recursos materiais necessários para a consecução de suas atribuições constitucionais;

Considerando a necessidade de viabilizar o uso dos drones nas diversas operações promovidas pela Polícia Federal, em especial a erradicação de cultivos ilícitos;

APROVO o presente Termo de referência e JUSTIFICO a necessidade da aquisição para atender à Superintendência de Polícia Federal em Pernambuco.

ANTONIO DE PÁDUA VIEIRA CAVALCANTI

Delegado de Polícia Federal
Superintendente Regional em Pernambuco



Documento assinado eletronicamente por **MARCELO PEREIRA DE VASCONCELOS, Pregoeiro(a)**, em 14/12/2023, às 14:41, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei4.pf.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0&cv=32873219&crc=7106B619.

Código verificador: **32873219** e Código CRC: **7106B619**.

Referência: Processo nº 08402.000078/2023-16

SEI nº 32873219